

Conversão de dívida através de bolsa e fundos sai em setembro

Arquivo/2.9.86

Sônia Araripe

A partir de setembro já deverá estar aprovada a conversão da dívida externa através das bolsas de valores e de fundos de ações. O projeto — preparado pela Comissão de Valores Mobiliários — está quase pronto e deverá ser anunciado esta semana. “Os trabalhos estão bem adiantados”, revelou Luiz Octávio da Motta Veiga, presidente da CVM.

Já está acertado que esses Fundos de Ações só poderão ter 5% do capital votante de cada empresa, procurando evitar o risco de desnacionalização. Enquanto a conversão através das bolsas não é autorizada, está assegurada a entrada de cerca de US\$ 315 milhões de dinheiro novo para o mercado brasileiro de ações.

Além do Fundo Brasil, que irá ter um lançamento inicial de cerca 150 milhões de dólares, o mercado de ações brasileiro deverá receber, a partir de setembro, dinheiro novo, mas por outra via: os fundos de investimentos estrangeiros, que terão no máximo 15 cotistas, e suas cotas não serão negociadas em Bolsa. Serão fundos de colocação privada, formados por grandes investidores institucionais norte-americanos, como fundos de pensão, fundos de ações.

Até agora, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) autorizou o funcionamento do Unibanco (5 milhões de dólares); do Capital Market Fund (20 milhões de dólares) e do Battery and March, o maior de todos, com 100 milhões de dólares, que irá associar-se ao Banco Bozano Simonsen. Estão para ser aprovados nas próximas semanas os fundos do Citibank (10 milhões de dólares) e o Soros Fund (30 milhões de dólares). Ao todo já são 165 milhões de dólares entrando através destes fundos privados de investidores estrangeiros.

Luiz Octávio da Motta Veiga revelou, porém, que muitas outras instituições internacionais demonstraram interesse de também fazerem seus próprios fundos privados. Tudo indica que entre estes interessados não há outro grupo nacional, como o Unibanco, que foi o primeiro a entrar com o pedido junto à CVM, e logicamente o primeiro a ter o sinal verde para trazer o dinheiro dos



Motta Veiga explica o projeto

investidores estrangeiros, através de sua agência em Nova Iorque.

Os fundos privados e o Fundo Brasil, que não são conversão de dívida externa, representam a entrada de dinheiro novo para o mercado de ações. A principal diferença entre o Fundo Brasil e os fundos privados é que o dinheiro que entrar do Fundo Brasil ficará para sempre na Bolsa de Valores brasileira enquanto os fundos privados poderão ficar no mínimo três meses no país e, depois, se quiserem, poderão retirar todos seus recursos e voltar para o exterior. Motta Veiga, explica que fundos privados maiores, como o Battery and March, terão de ficar entre dois a três anos no Brasil.

A outra grande diferença entre os dois fundos é que o Fundo Brasil terá um lançamento público, e terá suas cotas negociadas na Bolsa de Nova Iorque. Assim, várias instituições norte-americanas e européias vão poder comprar cotas do Fundo e, quando quiserem se desfazer destas cotas, terão de ir a Bolsa de Nova Iorque e negociar o papel, como se fosse uma ação de uma empresa.

Os fundos privados terão no máximo 15 cotistas e suas cotas não serão negociadas em Bolsa. Se um dos “sócios” quiser sair do fundo terá de procurar outro

interessado pelo mercado financeiro internacional, por conta própria.

Segundo Motta Veiga não haverá riscos de desnacionalização de empresas brasileiras seja com o Fundo Brasil ou com os outros fundos privados. A legislação brasileira determina que tanto um quanto outro tipo de fundo só poderá comprar 5% do capital votante de cada empresa. Um fundo privado, como o Battery and March, por exemplo, poderá ter 5% de ações ordinárias (com direito a voto) de uma empresa, a Brahma, por exemplo, e depois ter mais 5% da Aracruz.

O mais importante é que poucas empresas têm seu controle transacionado em Bolsa de Valores — frisa o presidente da CVM.

O Fundo Brasil terá uma instituição líder, o First Boston, que irá trabalhar junto a outras duas instituições, o Scudder Stevens and Clark, e uma outra nacional, que deverá ser escolhida nas próximas semanas pelos dois grupos internacionais. Hoje chega ao País uma missão de representantes do First Boston e do Scudder para escolher o líder do lançamento do Fundo Brasil aqui no Brasil.

Na prática, o relacionamento entre estas instituições é muito informal. O first Boston irá, na verdade, dar as linhas gerais do Fundo Brasil, enquanto o Scudder trará os setores que o Fundo irá investir, como e quando isto deverá ser feito. Como não é um acordo formal, o administrador local do Fundo Brasil poderá chegar a um acordo, a um pontocomum, diante da tomada de decisões do Scudder. Vamos dizer que ficasse definido que um dos setores interessantes para investimentos seria a siderurgia. O administrador local poderia achar que ao invés das empresas indicadas pelo Scudder, deveria indicar outras, e então chegariam a um consenso.

Motta Veiga revela que o Fundo Brasil ainda irá demorar cerca de seis meses até começar a entrar em ação. Já os fundos privados poderão chegar em funcionamento a partir de setembro. Cada um terá seu administrador local também, assim como o Fundo Brasil. O que é muito importante para diferenciar um do outro é que o Fundo Brasil terá o feitiço de uma empresa aberta, e irá obedecer ao registro da CVM norte-americana, a Securities and Exchange Commission (SEC), já que é formado no exterior. Os fundos privados são como clubes de investimentos, com pouquíssimos cotistas, com registro na CVM.